



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0016607-21.1995.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**  
 Requerido: **Imobiliaria Faixa Azul Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

É o caso de se reconhecer a prescrição intercorrente, não obstante a argumentação da exequente.

A execução está suspensa, há mais de seis anos, sem que a parte exequente tenha tomado qualquer providência efetiva no sentido da localização de bens do devedor ou do andamento regular do processo.

O processo está sem movimentação desde março de 2001 (fls. 17), tendo o exequente peticionado somente para solicitar novas suspensões.

Intimado, o exequente não apresentou justificativa razoável para a sua inércia, nem comprovou a ocorrência de alguma causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional.

Consoante entendimento jurisprudencial do C. STJ, basta que o processo fique paralisado por mais de cinco anos a contar do decurso de um ano em que se admite a suspensão, para que se caracterize a prescrição intercorrente, como forma de garantir a razoável duração do processo, a segurança jurídica das relações e a pacificação dos conflitos de interesse, para que não haja um prolongamento indefinido das pretensões.

Confira-se:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO - IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO INDEFINIDA - LAPSO TEMPORAL DE 13 ANOS SEM DILIGÊNCIAS - PRESCRIÇÃO RECONHECIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - HONORÁRIOS - ART. 20, § 4º, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSO PROVIDO. O agravado, ora exequente, não diligenciou para o prosseguimento da ação, uma vez que deixou transcorrer 13 (treze) anos sem adotar nenhuma providência, ou qualquer medida no sentido de aferir a existência de novos bens ou simplesmente atestar o interesse no prosseguimento do feito. Considerando que se aplica à prescrição intercorrente o mesmo prazo prescricional que disciplina o prazo para a acionabilidade da pretensão em juízo e que o título executado é uma dívida líquida constante de instrumento particular, cuja prescrição se opera em cinco anos, nos termos do art. 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, resta fulminada pelo instituto a presente execução, visto que, após o prazo de um ano que se admite a suspensão, remanesceu sem andamento por mais de 12 (doze) anos em manifestação do exequente, ora agravado”. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.092 - MS (2014/0039581-4) - RELATOR: MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, reconheço a prescrição no que tange aos créditos objeto da execução e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, determinando a extinção da execução.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

**P. I.**

São Carlos, 13 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**